

9m
28-29/5/97 A-3

■ OPINIÃO

Geração hídrica ou térmica: um falso dilema

Abel Holz *



Os recentes blecautes finalmente fizeram a opinião pública perceber aquilo que os técnicos denunciavam há bastante tempo: o Brasil precisa desde já investir mais de US\$ 6 bilhões por ano, para garantir o suprimento de energia elétrica em escala compatível com as crescentes necessidades de consumo da população e do sistema produtivo. Pois o insumo elétrico tornou-se um gargalo para o desenvolvimento.

Ninguém contesta que essa meta só será alcançada com a forte participação de investimentos privados. Mas nem os próprios especialistas, muito menos a opinião pública, têm plena ciência de que tal participação — estimada em US\$ 3 bilhões por ano, ou 50% do total — só se concretizará se e quando forem respondidas algumas indagações,

que nem sequer estão adequadamente formuladas, sobre o futuro do setor. Do contrário, os capitais eventualmente interessados no mercado energético nacional buscarão, no exterior ou aqui mesmo, áreas mais atrativas, onde a existência de regras estáveis e seguras tende a promover o equilíbrio entre riscos e oportunidades para suas aplicações.

A privatização do setor elétrico brasileiro nasceu, como se sabe, do irreversível esgotamento de um modelo que funcionou admiravelmente enquanto o Estado teve condições de sustentá-lo. No entanto, por ter sido imposto pela força das circunstâncias, desvinculado de uma visão estratégica, o processo de privatização a rigor pode ser descrito como um movimento carente de uma agenda abrangente, de uma liderança institucional e de uma clara de-

marcação dos papéis a serem desempenhados pelos três principais atores envolvidos — o Estado, o empreendedor privado e o consumidor.

Devido à indefinição da regulamentação das concessões, os empreendedores permanecem em "stand-by", aguardando a identificação da liderança do processo. Devido à indefinição da agenda e sua sequência lógica, os empreendedores tampouco dispõem de indicações seguras sobre a continuidade das prováveis políticas do governo no setor. Disso resulta uma interlocução disseminada, dispersiva e de efeitos práticos incertos, porque sujeita a toda sorte de ruídos, envolvendo simultaneamente o Congresso, o DNAEE (enquanto a ANEEL não sai do papel), o Ministério de Minas e Energia, o BNDES, a Eletrobrás e ainda as concessionárias

No momento em que o Estado deixou de ter meios para investir no setor elétrico, sua privatização tornou-se irreversível

estatais de âmbito federal ou estadual. Devido à indefinição dos papéis, enfim, propagam-se, entre outros, equívocos sobre o futuro espaço de atuação dos agentes privados e públicos e sobre a importância da geração hidrelétrica vis-à-vis a termelétrica, a transmissão, o despacho de carga, etc. Esses equívocos, pelos riscos que encerram para as possibilidades de expansão da infraestrutura energética do País, precisam ser examinados com atenção, para serem dissipados o quanto antes, a fim de que venham os investimentos.

Há quem imagine, por exemplo, que a médio prazo o setor privado tornará inteiramente desnecessária a presença do Estado como provedor de energia elétrica, circunscrevendo suas atribuições à regulamentação e à fiscalização do "business" da produção, transmissão, distribuição

de entrega do serviço de eletricidade para não deixar o consumidor à mercê do agente privado. Este papel, indelegável, tem de ser exercido pela ANEEL, em nome do governo.

Mas tal limitação é simplesmente impen-sável. Associado em graus distintos aos agentes privados, o Estado, por intermédio da Eletrobrás, deverá assumir a responsabilidade pela finalização dos empreendimentos interrompidos — a que preço for, porque, qualquer que seja ele, será sempre inferior ao da paralisação; pelo desenvolvimento de projetos de grande porte, na casa dos US\$ 5 bilhões a US\$ 10 bilhões, como a falada hidrelétrica de Barra Grande, no Pará, quase uma nova Itaipu, com seus 11.000 MW previstos; pela plena interligação do sistema elétrico nacional; pela construção de usinas binacionais onde forem economicamente viáveis, seja em território argentino, paraguaio, peruano ou mesmo boliviano, cuja energia virá abastecer o mercado brasileiro onde a demanda é mais intensa; e pela iniciativa de garantir os recursos alavancados via BNDES e agências financeiras internacionais. É ingênuo supor que a empresa privada queira ou possa substituir o Estado no cumprimento dessas atribuições adicionais.

Os capitais privados, numa primeira etapa, deverão dirigir-se de preferência para empreendimentos de até 1.500 MW, desde que lhes sejam proporcionadas, entre outras, garantias contra custos excedentes de transferência dos habitantes dos sítios a serem ocupados pela instalação e contra riscos relacionados

com a legislação ambiental e mesmo pelo uso da água.

Outro grave engano a ser desfeito sustenta que doravante o Brasil deverá recorrer primordialmente à termelétrica para assegurar a expansão do sistema ao ritmo de 3.000 MW/ano. Segundo esse entendimento, teria chegado a hora de modificar a característica

histórica da produção de energia elétrica no Brasil, em que as fontes hídricas respondem por mais de 90% da oferta. Argumenta-se que, escasseando os aproveitamentos relativamente próximos aos principais centros de carga, o custo marginal da expansão da base hídrica será cada vez maior, em prejuízo da economicidade dos projetos, onerando, em consequência, o custo final da energia produzida.

Esse enfoque pressupõe, de saída, um falso dilema: hidrelétrica versus termelétrica. O dilema é falso porque o fato de ter o Brasil vocação hídrica por natureza jamais eliminou a participação de usinas térmicas na oferta agregada de energia elétrica. Essa participação de caráter complementar tornou-se até mais crucial no atual quadro de emergência em que vive o setor, pelo efeito combinado da falta de investimentos no passado com o crescimento explosivo da demanda no presente. Trata-se de uma simples questão de rapidez de resposta aos desafios de uma conjuntura adversa.

De fato, enquanto uma hidrelétrica pode precisar de até um decênio, desde os primeiros estudos de viabilidade ao acionamento das primeiras turbinas, uma térmica entra em

operação em um terço desse período. E, hoje em dia, quando se pensa em suprimento energético no Brasil, o tempo é o capital mais precioso. A complementaridade, ademais, tem a reconhecida vantagem de permitir a conversão de energia secundária em energia firme nos períodos de sua ocorrência, consolidando uma integração hidrotérmica que proporcionará receita adicional para as próprias geradoras para reinvestimento, além de incrementar a segurança do sistema como um todo. Por fim, o País carece do que se poderia chamar know-how térmico. É necessário, portanto, reduzir a distância entre o insuficiente domínio dessa tecnologia e a tecnologia "world-class" de que dispomos em matéria de hidrelétrica. O Brasil precisa de investimentos em energia elétrica — não importa a origem dela.

Se tudo isso é certo, certo é também que a teoria dos crescentes custos marginais de expansão hidrelétrica não deve ser uma referência rígida. Primeiro porque, de acordo com estimativas fidedignas, o Brasil ainda dispõe no seu território, na mais pessimista das hipóteses, de 120.000 MW firmes de potenciais hídricos economicamente compatíveis com os padrões aceitos pelo setor — ou seja, o dobro e mais alguma coisa da capacidade já instalada no País. Segundo, porque as projeções que apontam para a gradual deseconomia das novas hidrelétricas traem a perversa influência da memória dos custos inflacionários, inchados por uma lógica que embute retorno social e agrega um enorme rol de fatores diretos e indiretos, alguns até inevitáveis — quando o Estado é o solitário dono do empreendimento.

Essa referência obviamente perde o sentido quando se parte da inescapável premissa de que a expansão da oferta de energia elétrica terá de ser feita com a maior participação possível dos agentes privados, cuja atitude e cujo desempenho são rigorosamente pautados pela preocupação de retorno econômico, mediante a redução de custos, por força da competição e dos imperativos das instituições financeiras de que dependem para viabilizar os empreendimentos.

Nem sempre urgência e importância são sinônimos. Se as circunstâncias justificam valorizar a termelétrica no curto prazo, do ponto de vista estrutural a ênfase deverá incidir por muito tempo ainda nas hidrelétricas, até porque, pelo que se conhece das fontes de suprimento, provavelmente seja finita a segurança

A expansão da oferta de energia elétrica terá de ser feita hoje com a maior participação possível dos agentes privados

de abastecimento de combustível para tantas térmicas quantas seriam necessárias se fosse privilegiada essa alternativa. Quando amadurecer a concepção estratégica para o desenvolvimento do setor, baseado na parceria com a iniciativa privada, a ninguém de boa-fé ocorrerá questionar a necessidade de o Estado estimular o prosseguimento dos programas sustentados em recursos hídricos — fonte de energia limpa, eficiente e renovável, cujo aproveitamento, sempre levando em conta os fatores sociais envolvidos, traz numerosos benefícios para o homem e o ambiente. E tudo isso exige retomar com urgência o tema um tanto esquecido da matriz energética. ■

* Membro da Comissão de Estudos de Privatização da Associação de Construtoras de Centrais Energéticas (ACCE).